

“Precisamos desconstruir masculinidades tóxicas”, afirma Sérgio Barbosa

Desconstruir padrões de masculinidade desde a infância é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária

(Agência Patrícia Galvão, 17/12/2018)

O dia 6 de dezembro é marcado como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Dentre muitos assuntos abordados por eles e para eles durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres está a desconstrução de padrões de masculinidade estabelecidos pelo patriarcado.

A construção de uma sociedade mais justa para mulheres e homens, em que elas possam viver livres da violência de gênero e desfrutar de iguais oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo, passa por ensinar crianças e adolescentes a compreender e questionar a estrutura social que normatiza a violência do homem contra a mulher.

É o que pontua Sérgio Barbosa, professor universitário de Filosofia e Sociologia e também coordenador do projeto Tempo de Despertar, programa idealizado pela promotora de justiça Maria Gabriela Manssur do Ministério Público do Estado de São Paulo, em que atua com grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres e dá palestras educativas sobre o tema.

“Quando trabalhamos com crianças, jovens e adolescentes, explicamos que toda aquela situação de violência é baseada no patriarcado e que são essas estruturas que legitimam o controle da mulher. Em decorrência desse patriarcado surge o machismo, que é a expressão da violência simbólica contra as mulheres e, a partir disso, acontece a agressão”, explica Sérgio.

O professor reforça ainda que meninos e adolescentes precisam ter novas

percepções de convivência em sociedade, apontando valores e papéis sociais para que esses jovens entendam que certos tipos de comportamentos não são aceitáveis e devem mudar.

“Quando usamos instrumentos e ferramentas para que o menino desconstrua a sua própria identidade, no movimento de torná-lo protagonista de suas ações, estamos permitindo que ele reveja seus conceitos, redefina suas atitudes e reconfigure seus comportamentos diante de uma mulher. É importante conhecer as ferramentas para que ele possa desconstruir essas masculinidades tóxicas.”

Tainah Fernandes

Acusados de assédio no transporte público de SP passarão por curso contra machismo

A partir de outubro, homens presos em flagrante por situações de assédio no transporte coletivo de São Paulo passarão por uma espécie de curso de reciclagem com questões como machismo e masculinidade. A proposta é que a iniciativa, oferecida pelo Tribunal de Justiça paulista, sirva como alternativa de pena a crimes de menor potencial ofensivo -que abrangem, por exemplo, atos como 'encoxadas' ou masturbação dentro do transporte de passageiros.

[\(UOL, 29/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A proposta é que o curso, combinado ou não com outras alternativas de pena nesses crimes -como pagamento de multa e prestação de serviços à comunidade-, diminua a reincidência dos casos. As aulas, no entanto, não são

obrigatórias: o agressor precisa aceitá-lo como medida alternativa.

“É um curso de reflexão. Será a oportunidade desse homem que praticou o assédio repensar atos, aspectos de masculinidade e machismo. Repensar também que, se o transporte é público, o corpo da mulher não é público –então, ele não tem o direito de tocar, encostar, ‘encoxar’ ou se masturbar próximo ou ao lado dessa mulher”, afirmou a coordenadora do curso, a juíza da Vara de Violência Doméstica do Butantã (zona oeste), Tatiane Moreira Lima.



A juíza Tatiane Moreira Lima, do Fórum Regional do Butantã (Foto: Janaina Garcia/UOL)

Atuando com vítimas de violência cometida por parceiros ou familiares há seis anos, a magistrada ganhou destaque em março do ano passado ao ser, [ela própria, agredida durante uma audiência judicial](#). Na ocasião, ela foi atacada e feita refém durante meia hora por um homem que tentou queimá-la. O agressor, o vendedor Alfredo José dos Santos, foi condenado no mês passado a 20 anos de prisão pelo crime contra a juíza.

O curso será ministrado pelo sociólogo Sérgio Barbosa no fórum criminal da Barra Funda (zona oeste de SP) e já é aplicado a autores de violência doméstica. De acordo com a juíza, a ação resultou em queda de 77% para 6% no índice de reincidência.

Segundo Moreira Lima, as empresas públicas e privadas de transporte coletivo foram chamadas a participar e aceitaram –além da Companhia do Metropolitano (Metrô-SP), a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e a EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Metropolitanos).

Horas antes de o curso ser anunciado no prédio do TJ por autoridades locais, do Ministério Público, dos governos estadual e municipal e na presença de representantes das empresas de transporte, [uma mulher foi atacada por um homem em um ônibus que seguia pela avenida Paulista](#), na região central da capital. Segundo reportagem da rádio Jovem Pan, o homem se masturbou ao lado da passageira e foi preso em seguida. A Secretaria de Segurança Pública informou que o agressor, encaminhado ao 78º DP (Jardins), responderá por crime de estupro.

“As mulheres muitas vezes têm medo andar sozinhas, com certas roupas ou maquiagem, em função do assédio no transporte. Considerando que o percentual de mulheres na sociedade é maior que o de homens, algo específico era necessário –por isso, mais de mil funcionários das empresas passaram por uma capacitação para acolher essa vítima e entender que a culpa não é dela, ou da roupa dela, ou da lotação no transporte. A culpa é do agressor”, reforçou a juíza.

“A maior parte dos casos de assédio no transporte público acaba enquadrada como crimes de menor poder ofensivo, com pagamento de multa ou prestação de serviços à comunidade – seja em casos de importunação ofensiva ao pudor, quando o sujeito ‘encoxa’ a vítima, ou crime de ato obsceno, quando, por exemplo, ele se masturba. Só gera reclusão em regime fechado o crime de estupro, mas é a menor parcela”, afirmou a magistrada. “Por isso a alternativa do curso – sobretudo para fazer com que esse homem repense o porquê de ter agido daquela maneira.”

Casos de assédio crescem

Pelos números da SSP, foram registradas 288 ocorrências relacionadas a abuso sexual em trens, metrô e ônibus da capital e região metropolitana de janeiro a julho de 2017. No mesmo período do ano passado, foram 240

ocorrências. “As naturezas são relacionadas a importunação ofensiva ao pudor, ato obsceno, estupro, assédio sexual, violação sexual mediante fraude e corrupção de menores”, informou a pasta.

Indagado ao final do evento se haverá policiais mulheres na Delpom (Delegacia do Metropolitano), onde os casos nos trens e metrô são registrados, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) preferiu citar as delegacias da mulher. “Temos 133 delegacias da defesa da mulher e uma, na Sé, que é 24 horas. Isso representa 36% dessas delegacias no Brasil, e vamos reforçar ainda mais.”

Janaina Garcia

Em 75% dos casos de estupro, o autor do crime é próximo à vítima

A imagem estereotipada do estupro, **o maior dos pesadelos femininos**, é mais ou menos assim: um maníaco sexual desconhecido e armado que comete o abuso num beco escuro. Mas as estatísticas mostram que esses casos são minoria entre os **mais de 45 mil estupros - cinco por hora - registrados todo ano** no Brasil.

[\(Revista Claudia, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo um estudo do Instituto Patrícia Galvão de dezembro passado, crimes sexuais cometidos por **desconhecidos** representam cerca de 25% das ocorrências. Nos outros 75%, o **agressor é do convívio** da vítima: pai, padrasto, namorado, amigo, marido.

“Em geral, eles são o que a sociedade chama de ‘homens de bem’, mas no

fundo não respeitam regras nem negativas”, afirma o psicólogo Sergio Barbosa, que há 20 anos trabalha num projeto de responsabilização de autores de violência contra a mulher. “Os parceiros abusam da frase ‘Se não fizer isso comigo, vou procurar quem faça’, e ela se sente obrigada a ceder.”

Ter relação sexual **sem desejar** é estupro. Satisfazer o homem **sob ameaça de ser deixada** é estupro. **Acordar na casa do namorado dopada**, cheia de esperma e sem ideia do que aconteceu é estupro. Esse crime nem sempre é bruto ou deixa marcas como um olho roxo. Também pode vestir uma personalidade romântica, sedutora, embalada por vinho tinto e Marvin Gaye no iPod da sala.

Ele é democrático. Presente em todos os países do mundo, pode ser cometido por um homem inteligente, bonito, bem-sucedido, do aplicativo, mas que é capaz de transformar seu quarto no mesmo beco escuro que você teme. **“Estupro é qualquer penetração, ato libidinoso ou a tentativa de um desses atos praticados sob violência ou grave ameaça”**, resume a defensora pública Ana Rita Prata, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo. “E violência pode ser de qualquer tipo: física, emocional, verbal e psicológica.”

Reforçar essa definição é ainda mais importante agora que a Câmara dos Deputados tenta passar um projeto de lei reduzindo a pena para **estupro de vulnerável** (menores de 14 anos ou quem não tem discernimento para a prática do ato ou não pode oferecer resistência) que não envolva penetração e sexo oral. Trata-se de proposta do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), incluída em parecer do projeto apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), que pretende aumentar a punição para a divulgação de crimes sexuais e estupro coletivo.



(Arte: Debora Islas/Getty Images)

Na contramão de avanços, Ramalho tenta retomar uma legislação semelhante à que vigorava antes de 2009. Até então, somente quando havia penetração o acusado era enquadrado por estupro. Se o projeto dele for aprovado, em vez de prisão de seis a 12 anos (chegando a 30 em caso de morte da vítima), o

condenado ficará preso apenas dois anos e oito meses.

A mudança ainda está em debate, mas já tem o aval de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - sob a justificativa de que a lei atual é “desproporcional” e acaba não sendo aplicada por juízes das primeiras instâncias, que muitas vezes enquadram o condenado em crimes de pena menor ou os absolve.

Carregar consigo a definição desse crime, assim como você leva um documento de identidade na carteira, portanto, é a principal arma para se prevenir dele. Para a representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, **ter consciência dos vários tipos de estupro é essencial para evitar que ele seja normalizado.**

A empreendedora social Nill Santos, 46 anos, demorou para perceber que o marido, com quem era casada havia dez anos, a estuprava. Um dia Nill chegou do trabalho e ele a esperava de cueca na cozinha. “Disse que iria me usar de todas as formas. Ainda choro quando lembro.” A violência extrema a ajudou a criar coragem para sair de casa e a fundar uma ONG para informar sobre diferentes tipos de violência doméstica.

Idealizada em 2012, a Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social já promoveu rodas de conversa com mais de mil pessoas, o que rendeu a Nill a indicação ao Prêmio CLAUDIA no ano passado. “A maioria das mulheres que atendemos ainda não sabe que é vítima”, conta. **“E muitos homens também não têm noção de que são estupradores porque acham normal o que fazem.”**

O estupro se alimenta do machismo para agir em silêncio. Às vezes, é cometido sem que vítima e agressor se sintam nesse papel. Isso porque os discursos que legitimam o desejo do homem sobre o da mulher estão introjetados em ambos os gêneros. “Eles têm muita dificuldade em admitir que cometeram abuso; isso leva tempo”, afirma Sergio Barbosa, da Tempo de Despertar, que realiza rodas de conversa em que homens de todas as classes sociais refletem sobre seus casos.

Segundo o especialista, a primeira reação deles é jogar a responsabilidade na

mulher. “Tendem a dizer que ela se insinuou e que não conseguiram se segurar.” O programa tem dado resultado. “A reincidência de violência sexual caiu de 87% para 9% depois de 14 encontros”, diz Barbosa.

Muito Mais Relatos

Ainda há muitas dúvidas sobre o que é violência sexual: 53% dos atendimentos do **Ligue 180**, serviço gratuito de atendimento à vítima de violência, são pedidos de informação. **“Na primeira ligação, as mulheres querem apenas entender o que aconteceu com elas. Na segunda, ligam para denunciar”**, afirma a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.

A cada ano, a central registra um número maior de relatos de estupro, que hoje representam 4,3% do total - a maioria (51%) é de violência física. As denúncias ao 180 aumentaram dez vezes na última década. Em 2006, o serviço atendia 250 casos por ano. Em 2015, foram 2,7 mil. Só no primeiro semestre de 2016, 2.457.

Essas estatísticas não mostram, necessariamente, que o estupro aumentou no Brasil, mas que **as mulheres estão mais corajosas para relatar um crime que sempre foi pouco ou quase nada denunciado**. Estigma, vergonha, medo de sofrer represálias do agressor e até culpa são as maiores mordanças. Por isso, ele está entre os **crimes mais subnotificados** do Código Penal brasileiro.

“O aumento das denúncias tem de ser comemorado porque estamos tirando a sujeira de debaixo do tapete”, diz Juliana de Faria, fundadora do Think Olga, plataforma online de empoderamento feminino. Vários fatores ao longo da última década motivaram a vítima do estupro a quebrar o silêncio.

Criada em 2006, a **Lei Maria da Penha** foi a primeira grande iniciativa nacional para descortinar o tema. Ela deu popularidade à causa. Com ela, vieram também as delegacias da mulher, políticas públicas e programas específicos de combate à violência de gênero. O Ligue 180 surgiu para garantir acolhimento sem que a vítima precisasse se apresentar - e se expor - pessoalmente à polícia.

A combinação de campanhas nas redes sociais e manifestações nas ruas foram determinantes para dar voz às mulheres. “É como um dominó: alguém tem que ter a coragem de derrubar a primeira peça para que as demais caiam”, afirma Juliana de Faria.

Desde que foi criado, em 2013, o Think Olga lançou duas campanhas nacionais contra a violência sexual, a **Chega de Fiu Fiu** (2013) e a **#PrimeiroAssedio** (2015). A última hashtag foi replicada mais de 86 mil vezes no Twitter, onde mais de 3 mil histórias foram compartilhadas apenas na primeira hora após seu lançamento. A campanha de CLAUDIA **#TemQueFalar** foi outra que incentivou uma série de relatos de leitoras e seguidoras, muitas vezes com pedido de anonimato.

Celebridades também ajudam a transformar casos em denúncias. “Toda vez que uma famosa decide falar sobre o estupro que sofreu, o serviço 180 tem picos de chamadas”, afirma Fátima Pelaes. Xuxa, a cantora Pitty, a atriz Claudia Jimenez e, mais recentemente, a atriz Gisele Itié e a ex-BBB Bella Maia vieram a público para narrar suas histórias de horror.

Precisamos falar

Apesar dos avanços, há um longo caminho pela frente. “Uma vítima a cada 12 minutos ainda é um dado terrível que nos confronta com uma conclusão inevitável: **toda mobilização não tem sido suficiente; é preciso mais e é urgente**”, diz a antropóloga Débora Diniz, pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero, organização feminista não governamental.

A mulher está sob risco de ser estuprada ao longo de toda sua vida (*veja quadro no final da matéria*). **A infância e a adolescência são as etapas de maior vulnerabilidade** - estudo do Ipea mostra que 70% das vítimas que chegam aos serviços de saúde são crianças e adolescentes.

Nesse caso, o risco de o crime ser recorrente é 3,4 vezes maior. “Não tinha referência do que era aquilo”, conta a autônoma Kharine Martins, 34 anos, que foi estuprada pelo pai aos 9. “Doeu muito. Passei a ser compulsiva por sexo e não me envolvo facilmente com os homens.”

As campanhas têm de levar em conta essa variabilidade de tipos de estupro e de público se quiserem motivar novas denúncias. Além disso, é importante garantir um ambiente seguro para acolher o relato da mulher sem questioná-la, culpá-la ou revitimizá-la, desde o hospital, passando pela delegacia e até pelo fórum que vai julgar o processo.

“Quando ela decide procurar um desses serviços, precisa ter **confiança** em quem a ouve”, diz o juiz Marcelo Salmaso, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Autoridades que desconfiam da versão da vítima ainda são comuns. Isso acontece porque o machismo está entranhado também nas instituições. “Ao verem sua moralidade questionada, muitas vítimas desistem da denúncia ou encerram o caso”, relata o promotor Thiago Pierobom de Avila, do Ministério Público do Distrito Federal. Se não bastasse isso, as delegacias especializadas cobrem apenas 8% dos municípios brasileiros.

“A polícia tem perito para atestar que o vidro de um carro foi quebrado num furto, mas não para avaliar cena de um crime de violência sexual”, diz a defensora pública Ana Rita Prata. É preciso investir em exames de DNA e em bancos de amostras de sangue de criminosos, facilitando a identificação do agressor.

Hoje quase 7 mil pessoas cumprem pena por estupro no Brasil. Não se sabe quantos casos terminam em feminicídio porque o crime é computado como homicídio doloso. Mas **as taxas de reincidência em geral são altas.**

“É preciso falar sobre gênero na escola, para que meninos, desde pequenos, aprendam outra masculinidade, não violenta às mulheres”, afirma a antropóloga Débora Diniz. Afinal, educar meninos e meninas, mulheres e homens é a única forma efetiva de combater o horror desses números crescentes.

Debate: Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário - São Paulo, 8/03/2016

Debate: Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário

08 de março - 14h

Local: Auditório Casa Metropolitana

MAFOANE ODARA POLI

Psicóloga e mestre em Psicologia do Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Prevenção da Aids - Nepaids / USP nas áreas de juventude, saúde, gênero e raça. Pesquisadora do Instituto Avon na temática Violência contra a Mulher no Ambiente Universitário.

SÉRGIO BARBOSA

Professor Universitário de Filosofia e Sociologia nas Faculdades Metropolitanas Unidas no curso de Psicologia. Criador da Campanha do Laço Branco no Brasil - Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Gestor do Projeto Tempo de Despertar: Serviço de Responsabilização Para Homens Autores de Violência Contra a Mulher. Escritor de Vários artigos entre eles Para Além de Abrir Vidros de Azeitonas: Homens e Masculinidades

ANA PAULA FONSECA

Advogada. Palestrante. Doutoranda, Mestre e Bacharel pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Universitária (graduação e pós-graduação) desde 2002, nas disciplinas Direito Penal e Direito Processual Penal. Autora de obras jurídicas publicadas pelas Editoras RT, Atlas, Saraiva e Gen.

6 de dezembro: homens unidos pelo fim da violência contra mulheres

(Agência Patrícia Galvão, 05/12/2014) Envolver os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres e promover a igualdade de gênero são desafios colocados pela campanha [HeForShe](#), da ONU Mulheres, e lembrado há mais de duas décadas pela [Campanha do Laço Branco](#). A mobilização internacional ocorre no dia 6 de dezembro e integra as ações dos [16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres](#).

[easyrotator]erc_13_1417729648[/easyrotator]

No Brasil, as primeiras iniciativas da Campanha foram realizadas em 1999 pelo Instituto Papai, em Recife, e pelo Promundo, em Brasília. Responsável pela organização da Campanha do Laço Branco em São Paulo junto com a Ecos - Comunicação em Sexualidade, o filósofo Sérgio Barbosa explica que, além das atividades do dia 6 de dezembro, a Campanha desenvolve ações de conscientização em fábricas, empresas e instituições públicas, por meio de palestras, intervenções e ações preventivas que buscam mostrar como é possível resolver conflitos sem o uso da violência.

“O homem precisa, primeiramente, reconhecer a violência de gênero como um problema enraizado em nossa sociedade e como uma forma real de agressão, seja física ou moral, e a partir daí denunciar e mudar seus hábitos para evitar a propagação de uma cultura de violência”, completa o filósofo, que coordena o serviço de responsabilização para homens autores de violência do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Desenvolver ações nesse sentido nem sempre é fácil, pois os recursos disponíveis para as atividades são poucos. “Os órgãos públicos ainda investem muito pouco na Campanha em seu âmbito de ações preventivas de longo prazo”, lamenta.

Segundo Sérgio, a Campanha é voltada, em princípio, para homens não agressores e tem a intenção de incentivar esses homens a denunciar quando se depararem com uma situação de violência contra a mulher. “A Campanha é justamente para reforçar o lado positivo. Não é só para lembrar o massacre no Canadá, mas também para lembrar o que temos no Brasil: uma visão positiva de outros homens que não cometem violência contra a mulher e possam ser exemplos de uma sociedade mais equitativa, justa e honesta”.

Projeto promove educação de gênero para homens

No interior de São Paulo, no município de São José dos Campos, o projeto Mil Homens pela Paz foi criado em agosto, no aniversário da Lei Maria da Penha, com o intuito de envolver os homens no trabalho de conscientização sobre o tema. A diretora da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura, Marcela de Andrade, lembra que, durante uma ação para mulheres em uma cooperativa de reciclagem, deparou-se com o questionamento de um grupo de homens sobre a ausência de ações específicas para o público masculino e decidiu desenvolver o trabalho.

“O objetivo do projeto é criar um ambiente para que os homens, não só os agressores, reflitam sobre essa realidade. Alguns ainda associam a violência apenas à agressão física ou não entendem o ciclo vivido pela mulher, que está envolvida emocionalmente com o agressor. Temos trabalhado isso e percebemos que conseguimos deixá-los bastante pensativos e reflexivos sobre o tema”, explica Marcela.

O projeto faz parte das ações da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) e prevê um ciclo de dez palestras para sensibilizar mil homens para as questões de gênero. No decorrer das ações foi formado o Comitê Laço Branco, que conta com representantes da sociedade civil e tem o apoio e participação da Defensoria Pública de São José dos Campos para pensar na mobilização do dia 6 de dezembro e criar uma agenda de atividades para dar continuidade ao trabalho de conscientização e prevenção da violência contra as mulheres ao longo de 2015.

Segundo o defensor Júlio Camargo Azevedo, que atua na Vara de Violência

Doméstica do município, o intuito do trabalho é retirar o estigma de que o enfrentamento deva ser feito apenas pelas mulheres. Para isso, a agenda prevê a realização de cursos sobre a cultura de gênero. “Sabemos que o preconceito e a discriminação vêm de uma construção cultural e para combater isso é preciso ter ações estratégicas que contribuam para plantar uma semente de conscientização nos homens para a questão de gênero”.

Parlamentares mobilizam-se pelo fim da violência

O cartão vermelho é o símbolo adotado pela Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma iniciativa inédita criada em 2011 com o objetivo de promover a reflexão dos gaúchos e dar um basta à cultura de violência presente na sociedade.

Coordenada pelo deputado Edegar Pretto (PT-RS), a Frente conta com um grupo de trabalho composto por parlamentares e representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, universidades, Secretarias Estaduais e movimentos sociais, que se reúnem a cada dois meses para avaliar o trabalho desenvolvido e propor novas ações, como o Encontro Gaúcho de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com a participação de atletas, artistas, ativistas e lideranças políticas. Em 2012, cerca de cem gaúchos cavalgaram pelas ruas de Porto Alegre para chamar atenção para a causa. Na 4ª edição do Encontro, neste 6 de dezembro, [o trajeto será feito de bicicleta, da Praça Zumbi dos Palmares até o Gasômetro](#). Em parceria com a Federação Gaúcha de Futebol, a Frente também tem desenvolvido ações de conscientização nos estádios de futebol ao final dos campeonatos.

“Aqui no Rio Grande do Sul essa cultura machista é muito forte e não é à toa que ela existe. Ela vem dos ensinamentos de homens e mulheres de que o homem é o forte, de que não fica triste. Aos poucos estamos tentando mudar essa mentalidade. E há muita simpatia dos homens para essa luta”, ressalta o deputado.

Outro trabalho da Frente foi a organização do Relatório Lilás, publicado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS

em 2013, com estatísticas de diversas secretarias estaduais sobre a violência contra a mulher e reflexões sobre feminicídio, violência de gênero e Lei Maria da Penha. O intuito é atualizar os dados do documento anualmente para servir como fonte para a implementação de políticas públicas de enfrentamento ao problema.

As ações inspiraram a criação no Estado da Rede de Frentes Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Atualmente, 53 municípios gaúchos contam com Frentes Parlamentares que fazem o mesmo trabalho no âmbito municipal. Em nível nacional, neste ano foi criado o Movimento Nacional dos Parlamentares Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, coordenado pelo deputado Edegar, com o intuito de criar Frentes por todo o Brasil. Até o momento, foi criada uma Frente em Santa Catarina e outros seis Estados manifestaram interesse pela ação.

Além da ampliação para todo o território nacional, o objetivo para 2015 é incluir o debate sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha no currículo das escolas. “Tem que haver um momento em que os professores possam falar sobre esse assunto. Se nós não interviermos na educação das crianças, a menina que vê a mãe ser violentada em casa tem um grande possibilidade de ser uma mulher submissa e o guri que vê o pai batendo na mãe pode se tornar um homem agressivo”, afirma o deputado.

Como surgiu a Campanha do Laço Branco

A Campanha do Laço Branco surgiu no Canadá após o assassinato de mulheres que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Montreal. Em 6 de dezembro de 1989, um jovem armado invadiu uma sala de aula na Escola Politécnica de Montreal ordenando que todos os homens saíssem e ficassem apenas as mulheres; em seguida ele matou 14 mulheres e feriu outras 14 e logo depois se matou. No bilhete encontrado no corpo do assassino ele explicava que queria “acabar com as feministas que destruíram sua vida”. Na carta havia ainda o nome de 19 mulheres feministas que ele pretendia matar.

O crime mobilizou a opinião pública canadense, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse

desequilíbrio social. Foi assim que um grupo de homens lançou a Campanha do Laço Branco em 1991 com a intenção de mostrar que, apesar de existirem homens violentos e agressores, existem também homens que repudiam tais atos de violência contra a mulher. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

Conheça a Campanha da ONU #HeForShe

Idealizada pela ONU Mulheres, a Campanha [#HeForShe](#) foi lançada este ano para estimular o engajamento de homens pela igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher. Durante o lançamento da Campanha em Nova York, a atriz britânica Emma Watson, embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres, defendeu que “é hora de começar a ver gênero como um espectro ao invés de dois conjuntos de ideais opostos”. Para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, “violência contra a mulher é um problema global e deve ser combatido por homens e mulheres em conjunto”.

A Campanha já conta com quase 200 mil adesões em seu site, que disponibiliza um mapa atualizado em tempo real para monitorar a participação dos homens. No Brasil, o número de adesões chega a quase 4 mil. Durante a Copa do Mundo mais de 400 torcedores cederam suas imagens para divulgação da mensagem #HeForShe. Os apoios vieram de homens e meninos de 22 países.

Contatos:



Dep. Edegar Preto - Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da violência contra as mulheres

E-mail: edegar.preto@alrs.gov.br

(51)3210-2450



Marcela de Andrade - Diretora da Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres da Secretaria de Promoção da Cidadania da Prefeitura de São José dos Campos
(12) 3932-8629



Sergio Barbosa - Coordenador da Campanha do Laço Branco em São Paulo pelo Coletivo feminista
E-mail: sergiofbarbosa@uol.com.br
(11) 3812-8681